



**PROJETO DE FOMENTO À EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA E À
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NAS ESCOLAS ESTADUAIS**

Secretaria de Estado de Educação
de Minas Gerais

Subsecretaria de Desenvolvimento
da Educação Básica

BELO HORIZONTE, NOVEMBRO 2018.

Introdução

A Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, por meio da Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica, apresenta à Câmara de Educação, Cultura, Lazer e Turismo – Comitê Interfederativo/CIF o Projeto de Fomento à Educação Integral e Integrada e à Educação Profissional, a ser desenvolvido em escolas estaduais presentes na região da Bacia do Rio Doce, as quais tiveram e têm suas trajetórias impactadas pela exploração ambiental intensa do território, acirrado após o rompimento da Barragem da Mineradora Samarco, ocorrido em 5 de novembro de 2015, cujos danos podem ser verificados até o momento.

A SEE-MG reconhece a extrema necessidade do desenvolvimento desse Projeto, em virtude dos estudos realizados sobre a condição socioeconômica e educacional das famílias da região e, reconhecendo ser competência desta Secretaria atuar para o combate às desigualdades educacionais e a promoção de uma educação de qualidade em todo o território mineiro.

Neste sentido, após extensa discussão com os atores envolvidos na questão, a SEEMG propõe a execução deste projeto com enfoque na perspectiva da Educação integral e Integrada, a partir da ampliação diversificada da jornada escolar e da educação profissional.

Da Educação Integral e Integrada

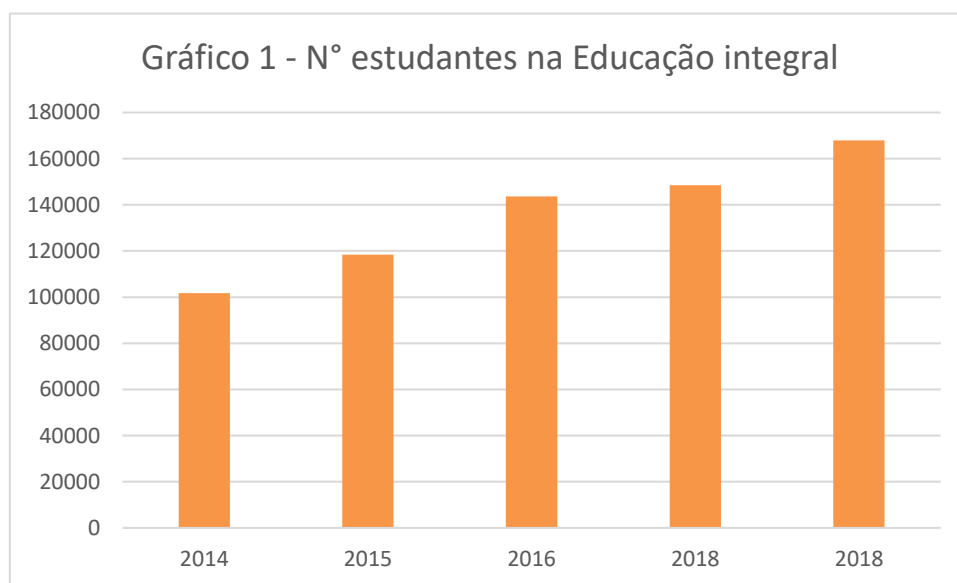
A Política de Educação Básica Integral e Integrada deve atuar frente a quatro perspectivas: as duas primeiras consistem nas metas do Plano Nacional de Educação, que colocam percentuais mínimos de escolas e estudantes na educação em tempo integral. A terceira consiste na ampliação do percentual de estudantes matriculados na Educação Integral e Integrada frente o total de estudantes da escola. Este é um fator importante, pois amplia os horizontes quantitativos e qualitativos da política. O maior percentual de estudantes na Educação Integral e Integrada potencializa o funcionamento da escola numa perspectiva mais ampla e dialógica com as diferentes habilidades e processos formativos, bem como no território em que estão inseridos. Por fim, a quarta perspectiva a ser analisada se constitui na concretização dos saberes e diretrizes pedagógicas e educativas de uma educação popular e cidadã no dia a dia das escolas que execute um currículo integrado e se constitua na formação integral do estudante e que tenha a Educação Integral e Integrada como a gênese e identidade do Projeto Político Pedagógico da escola.

Promover a formação integral do estudante significa que, além da aquisição de conhecimentos formais, o processo educativo deve garantir o desenvolvimento do corpo, da sociabilidade, das emoções e das diferentes linguagens, assegurando ao estudante um tempo qualificado de

vivência cultural e um currículo capaz de integrar, além da dimensão cognitiva, também as dimensões afetiva, ética, estética, cultural, social e política. Isso significa ofertar aos estudantes de MG um currículo integrado que permite a eles aprenderem a se alimentar e a cuidar de seu corpo, bem como compreender e respeitar a diversidade. Conhecimentos esses, tão importantes quanto aprender a ler, escrever e contar. Aprender a circular na cidade de forma autônoma e acessar os diferentes espaços, para além dos muros da escola, também faz parte da aprendizagem para a cidadania que reconhece na ocupação do território e na constituição de identidades com a comunidade possibilidades de exercício pleno da cidadania.

Desde 2015 a ampliação da oferta e a qualificação das ações de Educação Integral em MG tem sido prioridade nas políticas educacionais do Estado. Nota-se cada vez mais o avanço e ampliação no atendimento da Educação Integral e Integrada nas escolas, resultado do significativo esforço e empenho de todos os envolvidos na construção e desenvolvimento desta política.

O Gráfico a seguir apresenta o quantitativo de estudantes matriculados na Educação Integral e Integrada entre os anos de 2013 e 2017. Como pode ser observado, há um aumento gradativo de estudantes entre os anos de 2014 e 2018.



Fonte: Plano de Atendimento e SIMADE.

A Educação Integral e Integrada não pode ser compreendida apenas como a ampliação da jornada de carga horária dos estudantes diariamente e sim como a garantia de direitos de aprendizagem em todos os campos cognitivos, sociais e emocionais.

Assim, é por meio da Educação Integral e Integrada explicitada nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas e reconhecida em cada instituição, por toda a equipe docente, que a escola se torna uma escola integral, que não a divide ou se separe em duas unidades: a que oferta o tempo regular e aquela que oferta a Educação Integral e Integrada. É preciso que os estudantes que têm em sua jornada a possibilidade de: aprender a conhecer; aprender a ser; aprender a fazer; aprender a viver.

Neste sentido, a proposta para atuação na perspectiva da Educação Integral e Integrada neste projeto na Bacia do Rio Doce contempla estratégias nas escolas, como:

Divulgação uma programação das ações da Educação Integral e Integrada no mural de informações nas salas de professores das escolas participantes;

Promoção de atividades conjuntas entre Ensino Regular e Educação Integral e Integrada;

Formação na perspectiva da Educação Integral e Integrada para professores que atuam somente no Ensino Regular;

Exigência da participação dos professores da Educação Integral e Integrada no conselho de classe;

Abertura de espaços e aulas da Educação Integral e Integrada para acolhimento de atividades desenvolvidas pelos professores do Ensino Regular;

Utilização do conteúdo ministrado nas aulas do Ensino Regular nas atividades de educação integral e integrada, integrando os dois.

O professor coordenador e o especialista das escolas que ofertam a Educação Integral e Integrada, com apoio do Diretor ou Comitê Gestor, bem como os próprios professores, são responsáveis pela elaboração/execução das ações estratégicas de aproximação pois são os executores do Projeto Político Pedagógico da escola.

No que tange a proposta de recursos, a tabela 1 destaca os valores, contemplando recursos para manutenção e custeio de todas as escolas estaduais que possuem educação integral e integrada na região.

Tabela 1 – Distribuição de recursos da Educação Integral por município

Município	Número de escolas	Número de estudantes	Alimentação (1,42 × 200 × 100) (R\$)	Manutenção e Custeio (R\$)
Aimorés	8	800	227.200,00	56.000,00
Belo Oriente	2	200	56.800,00	14.000,00
Caratinga	24	2.400	681.600,00	168.000,00
Conselheiro Pena	5	500	142.000,00	35.000,00
Galiléia	2	200	56.800,00	14.000,00
Governador Valadares	43	4.300	1.221.200,00	301.000,00
Iapu	2	200	56.800,00	14.000,00
Ipaba	4	400	113.600,00	28.000,00
Ipatinga	23	2.300	653.200,00	161.000,00
Itueta	1	100	28.400,00	7.000,00
Mariana	10	1.000	284.000,00	70.000,00
Mariléia	2	200	56.800,00	14.000,00
Periquito	1	100	28.400,00	7.000,00
Ponte Nova	7	700	198.800,00	49.000,00
Resplendor	3	300	85.200,00	21.000,00
Rio Doce	1	100	28.400,00	7.000,00
Santana do Paraíso	6	600	170.400,00	42.000,00
São José do Goiabal	2	200	56.800,00	14.000,00
Timóteo	10	1.000	284.000,00	70.000,00
Tumiritinga	3	300	85.200,00	21.000,00
TOTAL	159	15.900	4.515.600,00	1.113.000,00

Da Educação Profissional

Nos últimos anos, enfrentamos hoje dois grandes desafios no Estado de Minas Gerais: elevados índices de desemprego entre jovens e escassez de pessoas com habilidades críticas para o trabalho. Em todo o mundo os jovens possuem uma probabilidade três vezes maior de estarem desempregados do que seus pais. Dados do relatório de Tendências Mundiais de Emprego 2014 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) revelam que no Brasil 18,4% das pessoas até 29 anos não trabalham ou estudam. Ao mesmo tempo, há, paradoxalmente, uma carência de mão-de-obra qualificada. Pesquisa realizada pela Mckinsey¹ em nove países, dentre eles o Brasil, revelou que somente 43% dos empregadores pesquisados confirmaram ser possível encontrar um número suficiente de trabalhadores iniciantes qualificados.

Visando melhorar esse cenário, o Governo de Minas Gerais assumiu a agenda da Educação Profissional do ponto de vista da educação integral. Em 2016 foi criada a Rede Estadual de Educação Profissional - REDE, que oferece, nas escolas estaduais, o ensino técnico nas modalidades concomitantes, subsequentes e integradas ao ensino médio. A Rede Estadual de Educação Profissional busca ampliar a oferta de cursos técnicos nas escolas da Rede Estadual, contribuindo para a profissionalização dos jovens com vistas à participação deles como cidadãos no mundo do trabalho e atendendo às demandas das comunidades e dos arranjos produtivos locais.

A proposta de ampliação da oferta de educação profissional nas Escolas Estaduais vai ao encontro da Meta 11 do Plano Nacional de Educação para o decênio 2014-2023 – Lei 13.005/2014, “*Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.*”

No período de 2015 a 2018 foram atendidos pela REDE 94 mil estudantes em 254 escolas estaduais, com uma oferta de 39 cursos técnicos. Foram atendidos, prioritariamente alunos do ensino médio da rede estadual e também jovens que já concluíram o ensino médio.

A tabela a seguir apresenta a evolução das matrículas de educação profissional nos últimos dez anos, no Estado de Minas Gerais.

¹ Mourshed, Mona; Farrel, Diana; Barton, Dominic. Educação para o trabalho: Desenhando um sistema que funcione. Mckinsey Center for Government, 2012.

Tabela 2 - Número de Alunos Matriculados na Educação Profissional nos anos de 2007 a 2018 - Minas Gerais / CENSO ESCOLAR e SIMADE

Educação Profissional (Nível Técnico)										
Período										
Dependência	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
ESTADUAL	7.407	9.514	6.441	3.854	8.977	17.193	6.515	17.615	42.651	28.000
FEDERAL	12.956	13.227	14.375	14.982	13.429	12.702	33.654	60.763	56.391	
MUNICIPAL	4.469	3.913	3.213	3.220	3.234	2.690	1.962	2.296	2.321	
PRIVADA	82.442	103.039	114.546	113.252	117.928	129.205	94.618	44.540	60.547	
Total	107.274	129.693	138.575	135.308	143.568	161.790	136.749	125.214	161.910	

Fonte: SIMADE

Apesar dos avanços no quantitativo de alunos matriculados em cursos técnicos de nível médio, ainda não conseguimos atingir um percentual significativo de estudantes do ensino médio. Em 2017, somente 2,6 % dos alunos do Ensino Médio da Rede Estadual cursavam a Educação Profissional na Rede Estadual.

Por isso, se faz necessário ampliar o financiamento da oferta de educação profissional, principalmente o custeio (material didático, alimentação e transporte) e o investimento em equipamentos para laboratórios dos cursos.

Nessa perspectiva, o presente projeto apresenta a proposta abaixo para distribuição de recursos nas escolas dos municípios da região:

Tabela 3 – Distribuição de recursos de custeio por município do projeto

MUNICÍPIO	NÚMERO DE ESCOLAS	NÚMERO DE ALUNOS	CUSTEIO
			(R\$)*
Caratinga	3	480	720.000,00
Conselheiro Pena	4	640	960.000,00
Coronel Fabriciano	2	320	480.000,00
Governador Valadares	3	480	720.000,00
Ipatinga	15	2.400	3.600.000,00
Itabira	8	1.280	1.920.000,00
João Monlevade	6	960	1.440.000,00

Manhuaçu	2	320	480.000,00
Mariana	1	160	240.000,00
Ouro Preto	6	960	1.440.000,00
Ponte Nova	4	640	960.000,00
Timóteo	6	960	1.440.000,00
TOTAL	60	9.600	14.400.000,00

*Custeio – R\$ 1.500,00 por aluno para alimentação, transporte e material didático.

Tabela 4 – Distribuição de recursos de investimento por laboratório e curso técnico

Curso Técnico	Laboratório	Valor estimado*
Agricultura	Laboratório de biologia.	R\$ 60.000,00
	Laboratório de propagação vegetal.	R\$ 70.000,00
	Laboratório de solos.	R\$ 60.000,00
	Laboratório de classificação e armazenamento dos produtos agrícolas.	R\$ 80.000,00
Agroecologia	Laboratório de análise de solos.	R\$ 60.000,00
	Laboratório de análise vegetal.	R\$ 70.000,00
	Laboratório de análise biológica.	R\$ 70.000,00
Aqüicultura	Laboratório de análise da água.	R\$ 60.000,00
	Laboratório de Biologia aquática	R\$ 70.000,00
	Laboratório de tecnologia de pescado.	R\$ 60.000,00
	Unidade de produção aquícola	R\$ 70.000,00
Geologia	Laboratório de geoprocessamento e topografia	R\$ 70.000,00
	Laboratório de mineralogia, petrografia e pesquisa mineral	R\$ 80.000,00

	Laboratório de mineralogia, petrografia e tratamento de minérios.	R\$	80.000,00
Mineração	Laboratório de topografia.	R\$	60.000,00
	TOTAL	R\$	1.020.000,00

*Investimento – Aquisição de equipamentos para os seguintes laboratórios de cursos técnicos do eixo tecnológico de recursos naturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A SEE-MG ressalta o potencial deste projeto ampliar, de forma atrativa, a jornada dos estudantes, à medida que possibilita o reconhecimento do território muitas vezes invisível na rotina diária de um currículo fragmentado. Esse será um momento destinado à apropriação e ao diálogo com o território, uma vez que a aprendizagem não está restrita ao espaço circunscrito aos muros da escola. Quando estudantes vivem e convivem em vários espaços que a cidade proporciona, ampliam a apreensão do conhecimento, pois o município, com sua diversidade, é um ambiente de inúmeras oportunidades de aprendizagem e saberes.

Recomendamos à Câmara de Educação, Cultura e Turismo do CIF que a Fundação Renova apoie a execução desse Projeto nas escolas estaduais, acreditando que ele ajudará os estudantes a criarem seus projetos de vida, provendo meios para que possam realizá-los, como sujeitos do processo e protagonistas de sua formação e permitindo também que os docentes das escolas envolvidas possam “*reinventar e ressignificar a docência*”, contribuindo para que todos os estudantes encontrem significado na escola e transformem a sociedade, utilizando-se do que aprenderem em função do bem estar social.